

Defesa

A política de defesa espanhola - fim do ciclo?

Rafael L. Bardají

A política de defesa espanhola alterou-se substancialmente com a mudança de governo do Partido Socialista para o Partido Popular de José María Aznar, em 1996. Das significativas reticências à integração militar na NATO passou-se à plena participação na organização; de um sistema de recrutamento baseado no serviço militar obrigatório, optou-se por avançar para um exército profissional, de voluntários; após anos de descapitalização e redução crescente dos orçamentos da defesa, começou a recuperar-se a capacidade de investimento e de compra das forças armadas. Oito anos mais tarde, quase todos esses objectivos foram alcançados, se bem que não sem alguns problemas, e a evolução do contexto político e estratégico internacional, com o 11 de Setembro e o Iraque pelo meio, exigem a formulação de novas linhas de actuação.

1996-2000: A primeira mudança de rumo Com a mudança de governo, em Dezembro de 1996, a nova equipa de José María Aznar tornou pública a sua primeira Directiva de Defesa Nacional (DDN1/96), o mais importante documento público, até à data, onde se definem os objectivos em matéria de segurança e defesa e que serve também como marco do início do ciclo de planeamento da defesa. O documento fixa três objectivos prioritários do novo governo:

- Aprofundar a internacionalização das forças armadas;
- total profissionalização do exército e da marinha; e
- impulsionar a consciência de defesa em Espanha.

O primeiro objectivo referia-se essencialmente, mas não em exclusivo, à mudança do modelo de participação na NATO. Com o governo socialista de Felipe González, a Espanha manteve a distinção entre órgãos civis e militares, bem como entre estruturas integradas e intergovernamentais, que limitou a presença de militares espanhóis na cadeia de comando da Aliança. Para o Partido Popular, essa situação era insustentável, já que a Espanha contribuía com forças nas missões aéreas na antiga Jugoslávia mas não tinha

qualquer papel, nem controlo, no processo de tomada de decisão sobre essas mesmas missões.

O governo propôs ao Congresso de Deputados o plano de integração completa nas estruturas aliadas se se cumprissem algumas condições – essencialmente que a nova cadeia de comando da Aliança reflectisse o peso de Espanha e que se mantivesse sob um único comando todo o território nacional. A evolução da própria NATO, em plena reformulação dos seus objectivos (novo conceito estratégico), das suas missões (apoio à paz) e comandos (nova estrutura), facilitou muito a criação de um amplo consenso parlamentar relativamente às propostas do governo. Que Javier Solana, antigo ministro de González e destacado dirigente do PSOE ocupasse a Secretaria Geral da NATO também foi um contributo.

A NATO, finalmente, após meses de negociações, aprovaria a sua nova estrutura e com ela a criação de um comando subregional localizado nos arredores de Madrid. Detalhes agora menores, como a deslocação para Leste da fronteira entre o SACEUR e o SACLANT, assim como a criação de uma «borbulha» em torno das Ilhas Canárias, agora sob comando do SACEUR, foram resolvidos para satisfação espanhola e de todos.

A internacionalização, para além da questão da NATO, também implicou uma maior presença de tropas espanholas em operações de paz, com uma contribuição mais frequente e com maior número de tropas. O governo Aznar estreou-se com a operação Alba, na Albânia, prosseguiu com a IFOR e a SFOR, Timor-Leste, Macedónia e Kosovo.

O segundo objectivo, a profissionalização dos exércitos, colocou-se num limite temporal mais amplo e contou com a forte oposição do PSOE. Após dois anos de intensos contactos e de tentativas de forjar um consenso mínimo, foi aprovado a Lei de pessoal das forças armadas 17/99, com um exército totalmente voluntário, tendo o serviço militar obrigatório acabado em finais de 2000.

O principal problema da profissionalização não foi tanto a existência de reticências políticas por parte de alguns partidos, mas sim a ambição da cúpula militar de estabelecer objectivos de força, isto é, contingentes relativamente amplos. A Lei fixava num mínimo de 100 mil o número de soldados e marinheiros. Durante os primeiros anos, o objectivo de ir recrutando volumes elevados de voluntários foi cumprido sem problemas. Mas, à medida que o tempo passava diminuía a base de jovens, devido à drástica redução demográfica nos anos 80 e à dinâmica e competitividade da economia, o que fazia com

que o número de jovens dispostos a ir para as forças armadas fosse sendo progressivamente insuficiente para alcançar os objectivos marcados. Esta tendência manifestou-se claramente a partir de 2002 e ainda hoje continuam a existir problemas com o recrutamento e carências de pessoal.

Paralelamente, a profissionalização foi acompanhada por outro objectivo. Se bem que os orçamentos da defesa não tenham crescido substancialmente nestes anos, mesmo assim foi invertida a tendência de baixa de governos anteriores. O governo de Aznar encontrou um peculiar sistema de financiamento dos principais programas de aquisições através do adiantamento de fundos por parte de outros departamentos ministeriais, inicialmente a indústria, e, depois do desaparecimento deste ministério, da ciência e da tecnologia e das finanças, bem como a provisão de fundos extraordinários provenientes da venda de instalações, terrenos e infraestruturas em desuso. Estes fundos somaram-se aos previstos para aquisição de material no orçamento da defesa e foram ocupando uma proporção cada vez maior com o passar dos anos. De facto, em 2003, dos 2 937,5 milhões de euros investidos em material, mais de 1 300 provêm destes fundos externos às contas da defesa.

2000-2003: Continuidade e susto

Após as eleições de 2000 e a revalidação do governo do Partido Popular, a política de defesa não sofreu grandes mudanças, como era lógico. O elemento essencial em termos internos era a conclusão do processo de profissionalização e, em termos externos, contribuir decididamente para a emergente política de segurança e defesa europeia. Este ponto, prolongamento dos desenvolvimentos e acordos de 1999, converteu-se, juntamente com a presidência espanhola da União Europeia, durante o primeiro semestre de 2002, num importante foco de atenção por parte do Ministério da Defesa.

Outra linha de continuidade é a modernização do material. Os três grandes programas que arrancaram anos antes (as fragatas F-100, o blindado Leopard II e o *eurofighter* EF-2000) prosseguiram o seu curso e no Verão de 2003 o Conselho de Ministros aprovou os planos para a aquisição de uma nova classe de submarinos, o S-80, um navio rápido polivalente de projecção e um novo helicóptero de combate, o Tigre. Estes programas implicam investimentos próximos dos 5 mil milhões de euros.

O problema que se coloca em relação a estes compromissos de compra reside no baixo orçamento da defesa e nas necessidades de material. Mesmo com as aporções financeiras de outros ministérios, estes fundos deverão ser reembolsados pela defesa à

medida que vão sendo entregues as unidades solicitadas. Sem significativos incrementos dos fundos para compras de material, a Defesa encontrará graves problemas para fazer frente às facturas. A outro nível, os ataques de 11 de Setembro e a guerra contra o terrorismo colocaram a Espanha perante a necessidade de demonstrar, na prática, a sua solidariedade com os Estados Unidos. Pela primeira vez em muitas décadas, forças espanholas actuariam fora do marco da ONU ou da NATO e numa missão de apoio ao combate num território tão afastado como o Afeganistão. Diversos navios começaram também a efectuar tarefas no Oceano Índico, no quadro da operação *Enduring Freedom*.

Outro momento importante deste período foi a ocupação surpresa da ilha de Perejil por forças marroquinas em Junho de 2002. A ocupação só foi resolvida com o recurso á força, pois a negociação diplomática não levou a nenhuma saída. O que foi verdadeiramente importante neste incidente, limitado na sua dimensão, foi a atitude e a disposição de recorrer à via militar, opção do governo que encontrou um vasto apoio público. A surpresa de se ver perante um cenário que não se contemplava como algo racional e a descoberta de que alguns parceiros europeus se mostravam reticentes ou mesmo frontalmente contra uma manifestação de solidariedade, também seriam elementos importantes que a política de defesa espanhola não esqueceria desde então.

2004 e mais além: a necessidade de transformação

Em Outubro de 2003, o Presidente do governo, José María Aznar, pronunciou um discurso de despedida perante as cúpulas militares. Não foi um discurso protocolar, mas sim uma análise dos desafios que a defesa espanhola deverá enfrentar depois do seu abandono da política activa. As suas palavras podem resumir-se numa – transformação. Em primeiro lugar, transformação da doutrina de segurança nacional, na base de uma maior integração de todas as estruturas que para ela contribuem, desde os serviços de informações às forças armadas, passando pelos corpos de segurança interna, como a Guarda Civil.

Em segundo lugar, transformação da mentalidade militar e social, superando os limites e constrangimentos das missões de ajuda humanitária e de apoio à paz e assumindo que no futuro é muito provável que as tropas espanholas entrem em combate.

Em terceiro lugar, compreender e aceitar que a luta global contra o terrorismo pode exigir acções de antecipação. A proliferação de armas de destruição maciça e o terrorismo são a pior ameaça à segurança. Tudo isto exige uma reorientação dos conceitos e das

estruturas das forças armadas, incluindo a criação de um comando de operações unificado. Também uma política de aquisições menos orientada para as grandes plataformas e capaz de adquirir de forma mais flexível componentes associados à denominada revolução dos assuntos militares.

Dois desafios adicionais: um modelo de carreira que torne a profissão de soldado mais digna e atractiva e, num segundo tempo, aumentar progressivamente os gastos de defesa.

O governo Popular, apesar de todas as dificuldades assinaladas, soube acertar nas linhas gerais de segurança e defesa. O novo ciclo político que se abrirá com a sucessão de Aznar poderá dar esse novo impulso de que necessita a defesa espanhola.